

INSTITUTOS DESPENALIZADORES E CRIMES DE GÊNERO: efetividade versus incompatibilidade

DEPENALIZING INSTITUTES AND GENDER CRIMES: effectiveness versus incompatibility

Jader Silva Filho¹ (UEG)

Natasha Gomes Moreira Abreu²(UEG/PG-UFG)

Resumo: Este trabalho aborda a problemática da aplicação dos institutos despenalizadores nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, destacando a restrição imposta pela Lei Maria da Penha. Através de uma abordagem bibliográfica e analítica, analisam-se a legislação dos Juizados Criminais, os institutos despenalizadores vigentes, as divergências entre doutrina e jurisprudência e as consequências da aplicação de penas diversas da prisão. Os objetivos específicos incluem a contextualização histórica da Lei dos Juizados Criminais, a avaliação dos institutos despenalizadores, a verificação da vedação dos institutos despenalizadores na Lei Maria da Penha e a discussão das causas e impactos da restrição. Conclui-se que compreender o ordenamento jurídico e suas aplicações distintas é fundamental para entender as implicações da restrição dos institutos despenalizadores nos casos de violência doméstica contra a mulher.

Palavras-chave: Institutos despenalizadores. Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Juizados criminais. Aplicação da lei.

Abstract: *This paper addresses the issue of the application of decriminalization institutes in cases of domestic and family violence against women, focusing on the restriction imposed by the Maria da Penha Law. Through a bibliographic and analytical approach, it examines the legislation of Criminal Courts, the existing decriminalization institutes, the divergences between doctrine and jurisprudence, and the consequences of applying non-custodial penalties. The specific objectives include contextualizing the historical background of the Criminal Courts Law, evaluating the decriminalization institutes, verifying the explicit prohibition in the Maria da Penha Law, and discussing the causes and impacts of the restriction. It is concluded that understanding the legal system and its distinct applications is crucial for comprehending the implications of limiting the decriminalization institutes in cases of domestic violence against women.*

Keywords: *Decriminalization institutes. Domestic violence. Maria da Penha Law. Criminal courts. Application of the law.*

¹Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Sul, Unidade Universitária de Pires do Rio. Assessor de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Cocalzinho de Goiás. E-mail: jaderfilho.jsf@gmail.com

²Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Paulista de Direito (EPD). Docente de Direito da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Sul, Unidade Universitária de Pires do Rio. E-mail: natasha.abreu@ueg.br

Introdução

A utilização de institutos despenalizadores, tais como transação penal, suspensão condicional do processo, composição civil dos danos e acordo de não persecução penal têm sido uma importante estratégia para substituir penas privativas de liberdade por medidas de caráter pedagógico nos casos de crimes de menor potencial ofensivo. Esses institutos visam proteger a convivência social e aplicar penas mais precisas, céleres, justas e eficazes.

Os institutos despenalizadores têm como objetivo principal evitar o contato do infrator com o sistema prisional, buscando soluções alternativas que possibilitem a ressocialização e a reparação dos danos causados. Essa finalidade está alinhada com a perspectiva de uma justiça mais restaurativa, que prioriza medidas pedagógicas, céleres, justas e eficazes, em vez de uma punição exclusivamente carcerária.

Por outro lado, o Estatuto do Idoso e a Lei Maria da Penha proíbem a aplicação desses institutos. No caso do Estatuto do Idoso, que visa proteger os direitos das pessoas idosas, a vedação se dá pelo entendimento de que crimes praticados contra idosos demandam uma resposta penal mais contundente, considerando sua condição de fragilidade e a necessidade de coibir abusos e violências. Já no âmbito da Lei Maria da Penha, que busca combater a violência doméstica e familiar contra mulheres, a vedação de aplicação dos institutos despenalizadores tem como objetivo assegurar uma resposta penal eficaz e coerente com a gravidade desses crimes. A violência de gênero é uma questão social complexa e enraizada, exigindo medidas que não apenas punam o agressor, mas também promovam a proteção e a reparação das vítimas, bem como a prevenção desses atos.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é bibliográfica, buscando a resolução do problema por meio de teorias publicadas em livros e obras relevantes, bem como na análise jurisprudencial e legislativa pertinentes.

Com essa pesquisa, busca-se ampliar o conhecimento sobre os institutos despenalizadores, compreender o ordenamento jurídico brasileiro em relação à sua aplicação restrita nos casos de violência doméstica e familiar contra mulheres, e contribuir para o debate e a reflexão sobre a efetividade e justiça do sistema penal em tais situações, como também para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à prevenção e combate à violência contra a mulher.

1 Institutos despenalizadores

A busca por um sistema penal mais justo, eficiente e ressocializador tem levado ao desenvolvimento e implementação de diferentes mecanismos, dentre os quais se destacam os institutos despenalizadores. Essas medidas surgem como uma alternativa à aplicação de penas privativas de liberdade, buscando soluções mais adequadas e eficazes para determinados delitos de menor potencial ofensivo.

No contexto do ordenamento jurídico brasileiro, a história da despenalização remonta a marcos legislativos importantes. A Lei n. 9.099/95, conhecida como Lei dos Juizados Especiais Criminais, foi um marco fundamental nesse sentido. Ela trouxe consigo a proposta de restrição ao uso dos mecanismos convencionais do processo penal em detrimento de técnicas mais céleres e pacificadoras. Com a criação dos Juizados Especiais Criminais, houve uma mudança de paradigma no tratamento dos delitos de menor gravidade, buscando alcançar soluções mais ágeis, proporcionais e justas. Ao adotar uma perspectiva pedagógica, este fato, por si só, não desvirtua a natureza sancionatória da pena, mas sim torna a medida aplicada proporcional ao delito de menor potencial ofensivo praticado, legislando e aplicando a justiça de maneira ágil e eficiente, a fim de evitar descrédito no sistema de Justiça Penal e assegurar uma convivência harmoniosa na sociedade.

Segundo Capez (2014), essa lei representou um marco na história do processo penal brasileiro ao introduzir mecanismos que visam à celeridade processual, simplificação das formas e maior efetividade na resolução dos conflitos penais.

Os institutos despenalizadores têm como objetivo evitar a aplicação de penas privativas de liberdade, buscando alternativas mais adequadas e proporcionais para a solução das infrações de menor gravidade. Nesse sentido, Tourinho Filho (2018) afirma que a despenalização é uma técnica legislativa que visa substituir as penas privativas de liberdade por outras formas de sanção, como penas restritivas de direitos, multas e medidas educativas. Essa abordagem busca garantir uma resposta mais adequada e eficaz do Estado aos conflitos penais, evitando a superlotação carcerária e o estigma social decorrente da prisão.

Necessário ressaltar, entretanto, que os institutos despenalizadores não se aplicam a todos os tipos penais. Eles possuem limitações e restrições legais, sendo direcionados apenas para infrações de menor potencial ofensivo, conforme mencionado. No caso de crimes mais graves, de maior periculosidade e reprovabilidade, estes ainda estarão sujeitos a penas privativas de liberdade e outras sanções proporcionais à gravidade da conduta. Um exemplo disso é a vedação expressa contida na Lei

SILVA FILHO, Jader; ABREU, Natasha Gomes Moreira. **INSTITUTOS DESPENALIZADORES E CRIMES DE GÊNERO: efetividade versus incompatibilidade.**

n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que proíbe a aplicação desses institutos nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Antes do advento da Lei n. 9.099/1995, crimes de menor potencial ofensivo eram tratados de maneira semelhante aos demais crimes pela justiça criminal comum. Isso implicava em um processo mais demorado e complexo, com a aplicação de penas idênticas às previstas para infrações mais graves. Essa lei foi criada justamente para mudar esse cenário, permitindo a despenalização de algumas infrações e a criação de juizados especializados em crimes de menor potencial ofensivo, com o objetivo de agilizar o processo e aplicar penas mais brandas e adequadas aos delitos dessa natureza.

2. Análise dos institutos despenalizadores

No sistema dos Juizados Especiais, após a realização da audiência preliminar, nos casos em que o delito seja de ação penal pública incondicionada, ou nos casos de ação pública condicionada em que haja a representação da vítima, e nos casos de ação penal privada em que exista a queixa crime, desde que estejam presentes os elementos suficientes para a propositura da ação penal e o infrator não possua antecedentes criminais, é possível aplicar dois institutos despenalizadores previstos na Lei n. 9099/95.

O primeiro é a transação penal, conforme estabelecido no art. 76, que possibilita a proposta de acordo entre o Ministério Público e o infrator visando à imposição de medidas alternativas ao processo criminal. Já o segundo instituto é a suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da mesma lei, que permite a suspensão do processo por um determinado período, mediante o cumprimento de certas condições estabelecidas pelo juiz. Ambas as medidas visam a evitar a discussão acerca do mérito da ação penal, gerando extinção de punibilidade e proporcionando uma solução mais ágil e adequada aos delitos de menor potencial ofensivo.

Além das medidas despenalizadoras, como a transação penal e a suspensão condicional do processo, há também a possibilidade de realizar a composição civil dos danos. Esse procedimento busca reparar os prejuízos causados pela infração penal por meio de um acordo entre o autor do delito e a vítima.

Verifica-se ainda, embora desconexo da Lei dos Juizados Especiais Criminais, o instituto do Acordo de Não Persecução Penal, que se aplica aos crimes não alcançados pelos demais benefícios despenalizadores, desde que observados os requisitos legais, possibilitando a resolução consensual de

determinados casos criminais um pouco mais complexos, por meio de um acordo entre o Ministério Público e o autor do fato.

A transação penal é uma medida que possibilita a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, podendo também envolver a composição dos danos sofridos pela vítima. É importante ressaltar que, nesses casos, a vítima não tem participação na proposta de transação, que pode ocorrer independentemente de sua vontade.

Para que a transação penal seja proposta, o autor do fato deve preencher determinados requisitos objetivos e subjetivos, como prevê o art. 76, §2º da Lei dos Juizados Especiais. Caso proposta e aceita a transação penal, porém não seja cumprida, cabe ao Ministério Público oferecer a denúncia. O entendimento é que, se o autor do fato optou por não cumprir com o benefício da transação, o Estado deve exercer seu poder-dever de promover a ação penal, baseando-se nos princípios da indisponibilidade da ação penal e da obrigatoriedade da persecução penal.

A proposta da transação penal é de competência exclusiva do Ministério Público, não podendo ser apresentada contra sua vontade, nem mesmo por requerimento do interessado. Isso ocorre porque o promotor de Justiça detém a titularidade do *jus perseguendi in judicio*, conforme estabelecido no art. 129, I, da Constituição Federal de 1988.

De acordo com Mirabete (2002, p. 273), a transação penal é um instituto de "despenalização" indireta e processual utilizado para evitar a imposição ou execução da pena nos casos de crimes de menor gravidade. Ele destaca que esse mecanismo busca conceder um benefício de confiança ao criminoso primário, com o intuito de evitar a prática de condutas delituosas futuras.

Dessa forma, a transação penal representa o exercício da pretensão punitiva, em que o Ministério Público desempenha um papel fundamental na condução do processo penal, propondo e avaliando a aplicação desse instituto, visando a uma solução consensual e ágil para determinados casos criminais de menor potencial ofensivo.

A suspensão condicional do processo configura-se como um instituto favorável ao acusado, uma vez que interrompe o andamento do processo. Por meio desse instituto, o acusado, ao preencher os requisitos e cumprir as condições estabelecidas, pode alcançar a extinção da punibilidade sem a necessidade de um julgamento de mérito.

Assim, a suspensão condicional do processo pode ser aplicada tanto a crimes de menor potencial ofensivo como a outros, desde que a pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano. No entanto, o autor do fato também deve atender a certos requisitos secundários previstos nos tipos

penais. O período de suspensão varia de dois a quatro anos, devendo ser fundamentado pelo Juiz e está relacionado à gravidade do delito e à situação pessoal do acusado. Assim como na transação penal, essa medida visa reduzir o número de processos criminais e evitar a superlotação do sistema prisional.

A composição civil dos danos é um importante instituto presente no âmbito do Juizado Especial Criminal, que busca solucionar os prejuízos causados à vítima em decorrência de um crime de menor potencial ofensivo. Trata-se de uma alternativa à persecução penal tradicional, voltada para a reparação dos danos sofridos pela vítima, em vez de focar exclusivamente na punição do autor do fato.

Exige-se que ocorra um acordo entre o autor do fato criminoso e a vítima ou seu representante legal. Nesse acordo, o autor se compromete a reparar o dano causado, seja por meio de pagamento de uma indenização em dinheiro, pela realização de serviços à comunidade ou por outras formas de compensação.

Conforme explica Eugênio Pacelli (2018, p. 605), se o crime for um daqueles cuja persecução penal se dá por meio de ação penal privada ou de ação pública, condicionada à representação do ofendido, o acordo homologado implicará a renúncia ao direito de queixa e ao direito de representação, extinguindo-se a punibilidade do fato.

Caso o crime seja de ação penal pública incondicionada, a composição civil dos danos não resultará na extinção da punibilidade, mas, ainda assim, não perderá o caráter vantajoso no benefício.

Ressalta-se, portanto, que a composição civil dos danos no Juizado Especial Criminal ocorre de forma voluntária, ou seja, depende do acordo entre as partes envolvidas. Ademais, a vítima tem o direito de aceitar ou recusar a proposta de composição, não sendo obrigada a aceitar a reparação proposta pelo autor do delito.

O doutrinador Renato Brasileiro de Lima (2019, p. 1.494), esclarece ainda que, na composição civil dos danos, estão em jogo interesses patrimoniais e, portanto, de natureza individual disponível. Por conseguinte, não há necessidade de intervenção do Ministério Público, a não ser que se trate de causa em que haja interesse de incapazes.

Como mencionado, cabe ao juiz do Juizado Especial Criminal homologar o acordo de composição civil dos danos, verificando se ele está em conformidade com a legislação e se resguarda os interesses da vítima. Se homologado, o acordo passa a ter eficácia de título executivo judicial, possibilitando a execução da obrigação assumida pelo autor do fato.

SILVA FILHO, Jader; ABREU, Natasha Gomes Moreira. **INSTITUTOS DESPENALIZADORES E CRIMES DE GÊNERO: efetividade versus incompatibilidade.**

O Acordo de Não Persecução Penal é um instituto que foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei n. 13.964/2019, conhecida como Lei Anticrime. Esse acordo possui relação direta com os institutos despenalizadores previstos na Lei n. 9.099/95, que estabelece os Juizados Especiais Criminais.

Nos termos do art. 28-A:

(...) não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: (...) (BRASIL, 2025b).

O objetivo do Acordo de Não Persecução Penal é permitir a resolução de determinados casos criminais de forma consensual, sem a necessidade de instauração de um processo penal. Ele se aplica aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, com pena mínima inferior a quatro anos, desde que o acusado confesse formal e detalhadamente a prática do delito.

O acordo é celebrado entre o Ministério Público e o acusado, com a homologação judicial. Nele, são estabelecidas as condições a serem cumpridas pelo acusado, que podem incluir a reparação do dano causado à vítima, a realização de medidas educativas, a prestação de serviços à comunidade, entre outras. Caso o acusado cumpra todas as condições impostas no acordo, o processo penal é extinto, não havendo aplicação de pena (Nucci, 2023).

Nucci (2023, p. 239) ensina que:

veda-se o acordo nos seguintes casos: a) quando for cabível transação penal, pois, nesta hipótese, trata-se de infração de menor potencial ofensivo, cuja competência é do JECRIM, prevista na Constituição Federal (art. 98, I); b) se o investigado for reincidente (reincidência genérica ou específica, devendo ser provada documentalmente) ou houver provas suficientes de que é criminoso habitual (não se confunda com o delito habitual; cuida-se de delinquir com frequência; as provas devem ser extraídas da própria investigação feita), reiterado (mais uma vez, frequente ou repetida, em colocação sinônima) ou profissional (similar à habitualidade delitiva, fazendo do crime o seu meio de vida, com provas advindas da própria investigação), salvo se as infrações pretéritas forem consideradas insignificantes (o termo insignificante tem sido utilizado para caracterizar o crime de bagatela, que, por sinal, tende a ser fato atípico; nesta hipótese, seria mais uma condição de livre avaliação do órgão proponente do acordo); c) ter sido o investigado beneficiado nos 5 anos anteriores ao cometimento da infração em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo, cumprindo-se a regra de não incidência de cumulação de benefícios; d) nos delitos que envolvam violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher (art. 28-A, § 2.º, CPP), seguindo-se a tendência de não favorecer, de modo algum, o agressor; aliás, a Lei 11.340/2006 eliminou a aplicação da Lei 9.099/95 (transação penal e suspensão condicional do processo).

O Acordo de Não Persecução Penal se assemelha aos institutos despenalizadores presentes na Lei n.º 9.099/95, como a transação penal e a suspensão condicional do processo. Todos esses institutos têm como objetivo evitar o processo e a aplicação da pena em casos de menor gravidade, promovendo uma resposta mais ágil e proporcional ao delito cometido.

Em síntese, este instituto despenalizador representa uma ampliação das alternativas de justiça penal consensual, proporcionando uma forma mais flexível e eficiente de solução para determinados casos criminais.

3. Violência doméstica contra a mulher no Brasil

A violência doméstica contra a mulher é um grave problema social que afeta milhares de mulheres no Brasil. Caracteriza-se por qualquer forma de agressão física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, cometida no âmbito das relações familiares ou domésticas, sendo geralmente perpetrada por parceiros íntimos, cônjuges, ex-companheiros ou familiares.

No Brasil, a violência doméstica contra a mulher é amplamente reconhecida como uma violação dos Direitos Humanos e é combatida por meio da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), que representa um marco importante na proteção e enfrentamento desse tipo de violência. Essa legislação estabelece medidas de prevenção, assistência e punição aos agressores, além de garantir os direitos das mulheres, vítimas de violência.

Conforme menciona Nogueira (2006, p. 173), a nova legislação surge como resposta a uma demanda contra a percepção de impunidade que muitos experimentaram diante da aplicação da Lei do Juizado Especial Criminal em casos de violência doméstica e familiar, especialmente contra mulheres.

A Lei Maria da Penha prevê a criação de mecanismos para a prevenção e o combate à violência doméstica, como a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Casas Abrigo, Centros de Referência e programas de atendimento psicossocial e jurídico, e também a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. Além disso, a lei estabelece medidas protetivas de urgência, como a determinação de afastamento do agressor do lar, a proibição de aproximação da vítima e a garantia de acompanhamento psicossocial.

O panorama da violência contra a mulher é alarmante e revela uma realidade preocupante. No Brasil, a violência de gênero é um problema grave e recorrente, afetando mulheres de todas as idades, classes sociais, etnias e orientações sexuais.

Dados estatísticos demonstram a gravidade desse problema. De acordo com o Atlas da Violência 2021, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2019 foram registrados mais de 180 mil casos de violência doméstica contra a mulher no país. Além disso, o Brasil apresenta altos índices de feminicídio, sendo considerado um dos países mais perigosos para as mulheres (IPEA, 2021).

A violência contra a mulher manifesta-se de diversas formas, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais. Muitas vezes, essas agressões são cometidas por parceiros íntimos, ex-companheiros ou familiares, no ambiente doméstico. A violência também pode ocorrer em espaços públicos, no trabalho, nas instituições de ensino e em outras esferas da vida social.

É importante ressaltar que a violência contra a mulher não se restringe a um determinado grupo social ou região geográfica. Ela permeia todas as camadas da sociedade e está relacionada a questões de desigualdade de gênero, cultura machista, estereótipos prejudiciais e falta de educação e conscientização sobre os direitos das mulheres.

3.1 Os institutos despenalizadores e os crimes de violência contra a mulher

A não aplicação dos institutos despenalizadores nos crimes de violência contra a mulher é uma questão relevante no contexto brasileiro. Esses institutos têm como objetivo evitar a imposição de penas mais severas em crimes de menor potencial ofensivo, buscando a resolução consensual e a despenalização.

No entanto, quando se trata de crimes de violência contra a mulher, é necessário adotar uma abordagem diferenciada. Esses crimes envolvem questões complexas, como a desigualdade de gênero, o poder assimétrico nas relações e a violação dos direitos humanos das mulheres. Nesse sentido, é preciso considerar a gravidade e a recorrência desse tipo de violência, bem como seus efeitos devastadores sobre a vida das vítimas.

A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) foi criada especificamente para enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de proteção e punição mais

SILVA FILHO, Jader; ABREU, Natasha Gomes Moreira. **INSTITUTOS DESPENALIZADORES E CRIMES DE GÊNERO: efetividade versus incompatibilidade.**

rigorosas. Essa lei busca garantir a efetiva proteção das mulheres e a responsabilização dos agressores, levando em conta a dimensão de gênero dessa violência.

Ademais, o artigo 41 da Lei n.º 11.340/2006 estabelece que não se aplica a Lei n.º 9.099/95 aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista. Além de lei expressa, de extensa jurisprudência sobre o tema, inclusive com Súmulas dos Tribunais Superiores, a doutrina majoritária manifesta concordância com a vedação da aplicação de institutos despenalizadores no âmbito da Lei n.º 11.340/06.

Sobre o exposto, Leda Maria Hermann:

É evidente pela redação do dispositivo e por sua contextualização em relação aos outros artigos invocados que, em resumo, a lei estabelece que crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher deixam de ser infrações de menor potencial ofensivo na forma do artigo 61 da Lei 9.099/95. Logo, fica afastada a aplicação daquela lei para possível composição dos danos civis (artigo 74) e transação penal (artigo 76) (Hermann, 2008, p. 237)

Portanto, observa-se que a inaplicabilidade dos institutos despenalizadores nos crimes de violência doméstica contra a mulher reflete a necessidade de uma abordagem mais abrangente e diferenciada para lidar com essa forma de violência. A proteção das vítimas e o combate à impunidade devem permanecer como prioridades, buscando-se soluções que assegurem a segurança, a justiça e a prevenção da violência de gênero, de acordo com os princípios constitucionais. Trata-se do reflexo da necessidade de abordar essa problemática com uma perspectiva diferenciada. A natureza e a gravidade desses delitos exigem uma resposta penal adequada e efetiva, que garanta a proteção das vítimas, a responsabilização dos agressores e a prevenção da reincidência.

Compreende-se que a aplicação dos institutos despenalizadores em casos de violência contra a mulher poderia transmitir uma mensagem de tolerância ou minimização da gravidade desses crimes, além de não contribuir para a transformação das relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Assim, a não aplicação dos institutos despenalizadores nos casos de violência contra a mulher reflete a necessidade de tratar esses crimes com a seriedade e a gravidade que merecem. Em vez de buscar a despenalização, é necessário assegurar a punição adequada e a proteção das vítimas, considerando a natureza sistemática e recorrente da violência de gênero.

Ademais, a jurisprudência tem reforçado a importância de não aplicar os institutos despenalizadores em casos de violência contra a mulher, a fim de evitar a impunidade e reforçar o compromisso com a proteção dos direitos das vítimas. Os tribunais têm entendido que a gravidade

SILVA FILHO, Jader; ABREU, Natasha Gomes Moreira. **INSTITUTOS DESPENALIZADORES E CRIMES DE GÊNERO: efetividade versus incompatibilidade.**

desses crimes não se coaduna com a aplicação de medidas despenalizadoras, uma vez que é necessário enfrentar a cultura de violência e assegurar a responsabilização dos agressores.

O Supremo Tribunal Federal, por meio das decisões na ADC 19/DF e ADI 4424/DF, solucionou importantes questões relacionadas à Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) em 09/02/2012, tendo sido relatadas pelo Ministro Marco Aurélio Mello. O Tribunal considerou constitucionais os art. 1º, 33 e 41 da referida lei. Além disso, interpretou os artigos 12, inciso I, e 16, estabelecendo a natureza incondicionada da ação penal nos casos de crimes de lesão corporal, independentemente da sua gravidade.

De acordo com o entendimento do STF, o tratamento diferenciado entre homens e mulheres alinha-se à Constituição Federal, devido à necessidade de proteção diante das particularidades físicas e morais das mulheres, considerando também a cultura brasileira.

No que se refere ao art. 41 da Lei Maria da Penha, que gerava divergências doutrinárias e jurisprudenciais à época, ao excluir a aplicação da Lei n. 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais) nos casos de violência doméstica contra a mulher, o STF considerou que tal dispositivo está em consonância com o § 8º do artigo 226 da Constituição, que estabelece a obrigação do Estado de adotar mecanismos para coibir a violência nas relações familiares.

A partir disso, consequência da segurança jurídica formada em relação ao tema, consignou-se uma harmonia de decisões no mesmo sentido. Veja-se:

É inaplicável a Lei n. 9.099/1995 às condutas delituosas praticadas em âmbito doméstico ou familiar, inclusive as contravenções (AgRg no REsp 1795888/DF, DJe 12/12/2019).

A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha – Súmula 536 do STJ;

A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos – Súmula 588 do STJ.

Nesse caminho, foram estabelecidas as hipóteses nas quais haveria a incidência da Lei Maria da Penha. Decidiu-se que:

Para incidência da Lei Maria da Penha, é necessário que a violência doméstica e familiar contra a mulher decorra de: (a) ação ou omissão baseada no gênero; (b) no âmbito da unidade doméstica, familiar ou relação de afeto; decorrendo daí (c) morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. A norma se destina às hipóteses em que a “violência doméstica e familiar contra a mulher” é praticada, obrigatoriamente, seja no

âmbito da unidade doméstica, seja familiar ou seja em qualquer relação íntima de afeto (art. 5º, I, II e III, da Lei n. 11.340/2006) – HC 500.627/DF, DJe 13/08/2019.

Por meio das decisões na ADC 19/DF e ADI 4424/DF, o Supremo também resolveu uma questão comum na doutrina e jurisprudência, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (STJ) súmula 542, quanto à natureza da ação penal nos casos de lesão corporal decorrente de violência doméstica, concluindo que a ação penal é pública incondicionada.

Assim, a jurisprudência tem se firmado no sentido de que é necessário aplicar medidas mais rigorosas e protetivas nos casos de violência doméstica contra a mulher, como a persecução penal tradicional, a fim de garantir a segurança e a integridade física e psicológica das vítimas, bem como promover a responsabilização adequada dos agressores.

É importante ressaltar que cada caso é analisado individualmente, levando em consideração as circunstâncias específicas e a gravidade da conduta praticada. A jurisprudência tem sido firme no sentido de coibir a impunidade nos casos de violência doméstica contra a mulher, reforçando a importância da aplicação das normas específicas, como a Lei Maria da Penha, e o fortalecimento das políticas públicas de proteção às vítimas.

A inaplicabilidade dos institutos despenalizadores aos crimes praticados com violência contra a mulher pode ser atribuída a uma série de fatores complexos e inter-relacionados. Os crimes praticados com violência contra a mulher, como agressões físicas, sexuais e psicológicas, são caracterizados por sua extrema gravidade e impacto na vida das vítimas. Esses delitos, muitas vezes, resultam em danos físicos e emocionais profundos, necessitando de uma resposta penal adequada e eficaz para garantir a proteção e a segurança das vítimas.

As medidas despenalizadoras são insuficientes para lidar com a gravidade e a recorrência desses crimes, podendo não oferecer a proteção necessária às vítimas. Este problema está enraizado em questões de gênero e desigualdade social, e sua abordagem requer sensibilidade e compreensão adequadas. Em muitos casos, a cultura, os estereótipos de gênero e as normas sociais desempenham um papel na minimização ou na normalização da violência, o que pode influenciar a percepção da sociedade e dos operadores do Direito em relação à aplicação dos institutos despenalizadores nesses casos.

Considerações finais

Ao explorar os Institutos despenalizadores previstos no ordenamento jurídico brasileiro, examinando sua aplicabilidade e eficácia, bem como sua inaplicabilidade aos crimes praticados no contexto da violência doméstica contra a mulher, pôde-se obter um panorama mais amplo sobre esses institutos e suas implicações no sistema penal brasileiro.

Constata-se que os institutos despenalizadores têm se mostrado uma alternativa promissora para lidar com a problemática do encarceramento em massa. Eles oferecem soluções mais adequadas e proporcionais à gravidade dos delitos, contribuindo para a redução da superlotação carcerária e proporcionando oportunidades de ressocialização aos infratores.

No entanto, é importante reconhecer que a implementação efetiva desses institutos ainda enfrenta desafios significativos. A falta de conhecimento e resistência cultural por parte dos operadores do Direito, bem como a escassez de recursos para a viabilização adequada das medidas, são obstáculos que precisam ser superados. Nesse sentido, é fundamental investir em capacitação profissional, promover a conscientização da sociedade e fortalecer as estruturas responsáveis pela execução das penas alternativas.

Destaca-se também a necessidade de uma abordagem diferenciada quando se trata dos crimes praticados no contexto da violência doméstica contra a mulher. Embora os institutos despenalizadores possam ser eficazes em outros tipos de delitos, é fundamental reconhecer que a violência doméstica possui características próprias que exigem uma atenção especial. A proteção e a garantia dos direitos das vítimas devem ser prioridades, buscando-se soluções que não minimizem a gravidade desses crimes nem coloquem em risco a segurança das mulheres.

Diante disso, é imprescindível que haja uma reflexão contínua sobre o sistema penal brasileiro, visando à busca de soluções mais justas e eficientes. Os institutos despenalizadores têm o potencial de contribuir nesse processo, desde que sejam implementados de maneira adequada e em consonância com os princípios constitucionais vigentes. É necessário um esforço conjunto de todos os atores envolvidos, incluindo o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os profissionais do Direito e a sociedade como um todo, para que se promova uma transformação efetiva no sistema penal e se busque uma justiça mais equânime e eficiente.

SILVA FILHO, Jader; ABREU, Natasha Gomes Moreira. **INSTITUTOS DESPENALIZADORES E CRIMES DE GÊNERO: efetividade versus incompatibilidade.**

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Penal. **Decreto-lei 2848 de 07 de dezembro de 1940.** Diário Oficial da União, 07 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm Acesso em: 30 de set. 2025a.

BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-lei 3689 de 03 de outubro de 1941. **Diário Oficial da União**, 03 de outubro de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm Acesso em: 30 de set. 2025b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 de set. 2025c.

BRASIL. Lei n. 9.099 de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 27 de setembro de 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm Acesso em: 30 de set. 2025d.

BRASIL. Lei n. 11.340/2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei n.s 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 30 de set. 2025e.

BARROS, Rafael. O que é a suspensão condicional do processo e os seus requisitos. **AURUM**, 25 mai. 2023. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/suspensao-condicional-do-processo> Acesso em 18 jun. 23.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Juizados Especiais Criminais e alternativas à pena de prisão.** 3 ed., Porto Alegre: Livro do Advogado, 1997.

HERMANN, Leda Maria. **Maria da Penha Lei com nome de Mulher.** Campinas: Servanda Editora. 2008.

IPEA. **Atlas da violência 2021.** 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021> Acesso em 18 jun. 2023.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal:** volume único. 7. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2019.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Juizados especiais criminais.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA FILHO, Jader; ABREU, Natasha Gomes Moreira. **INSTITUTOS DESPENALIZADORES E CRIMES DE GÊNERO: efetividade versus incompatibilidade.**

NOGUEIRA, Fernando Célio de Brito. **Temas centrais da Lei do Juizado Especial Criminal.** Leme: J.H. Mizuno, 2006.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal.** 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas.** 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Evelise Ferreira de. **Problemática da aplicabilidade dos institutos despenalizadores da lei dos juizados especiais criminais nos crimes de violência doméstica.** Disponível em: <http://www.fdsu.edu.br/site/graduacao/anais2011/EvelisedeOliveira.pdf>. Acesso em 8 mai. 15.

PACELLI, Eugênio, **Curso de processo penal.** 22. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2018.

SANTOS, Marisa Ferreira dos; CHIMENTI, Ricardo C. **Juizados especiais cíveis e criminais - federais e estaduais.** Sinopses Jurídicas, v 35. Editora Saraiva, 2019.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. Súmula 542. Brasília, DF, DJe 14/09/2015. Acesso em: 21 jun. 2023.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 536, Terceira Seção, julgado em 10/6/2015, DJe de 15/6/2015. Acesso em: 21 jun. 2023.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no REsp 1795888/DF. Brasília, DF, 2019. Acesso em: 10 mai. 2023.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 542.** Brasília, DF, 2015. Acesso em: 15 jun. 2023.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 588. Brasília, DF, 2017. Acesso em: 19 jun. 2023.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Tese 10/2018.** Brasília, DF, 2018. Acesso em: 21/06/2023.

Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 do Distrito Federal e Ação Direta de Inconstitucionalidade 4424 do Distrito Federal.** Relator: Min. Marco Aurélio. Julgamento em 09/02/2012. Acesso em: 21 jun. 2023.

Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.096.** Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Data de publicação da decisão final: Acórdão, Diário da Justiça, edição de 03/09/2010.

Supremo Tribunal Federal. **HC 109.277.** Relator: Ministro Ayres Britto. Julgado em 13/12/2011. Segunda Turma. Diário da Justiça eletrônico, edição de 22/02/2012.

Recebido em 10/04/2024.

Aprovado em 27/09/2025.